

O jornalismo e a necessidade de muitas (outras) histórias



EUCLIDES GONÇALVES



CÂNDIDA PINTO

De um lado, um antropólogo moçambicano, do outro, uma jornalista portuguesa com vasta experiência em reportagem internacional conversam sobre a vertigem do jornalismo na actualidade, as imagens produzidas sobre o continente africano e a forma como as questões do Desenvolvimento são (re)tratadas nos media portugueses. Afinal do mesmo lado, a considerarem que é necessário incluir na agenda mediática outras histórias e outras narrativas.

EUCLIDES
GONÇALVES
(E.G.)

— Talvez a Cândida começasse, porque não sei como Portugal vê África, eu posso falar é do lugar daqui, do pouco que vejo da cobertura jornalística feita por alguns órgãos de comunicação que passam cá. Sou antropólogo de profissão e sou director de um instituto de pesquisa que se chama *Kaleidoscopio* e vou falar a partir desse lugar de pesquisador e dessa posição de um moçambicano que trabalha sobre questões ligadas ao desenvolvimento. Posso comentar com base nesta experiência sobre o lugar dos media e o lugar do jornalismo no desenvolvimento aqui, nacional, mas também da ligação que tem com a indústria da ajuda ao desenvolvimento internacional. Talvez fosse melhor começar desse lado... Qual é o Moçambique, ou qual é a África que chega ou que se representa em Portugal?

CÂNDIDA
PINTO
(C.P.)

— Acho que o jornalismo hoje tem sérias dificuldades a vários níveis. Os media tradicionais estão numa retracção elevada devida a uma acentuada crise. Nalgumas áreas, mais fora de Portugal do que aqui, já se discute o que será mais importante no jornalismo – se são os órgãos de comunicação social ou se são os próprios jornalistas ou repórteres. Essa discussão tem muito a ver também com a questão do *online*, o facto de o jornalismo *online* ser hoje uma das áreas mais imediatas e mais utilizadas, pela sua velocidade, pela rapidez. De facto, estamos numa situação em que não sabemos muito bem para onde vamos - e eu falo como jornalista -, qual será o nosso futuro. Por um lado, há essa velocidade *online* que nos permite contactar, comunicar, dar informações de uma forma rápida. O reverso da medalha é que muitas dessas informações podem não ser rigorosas, verdadeiras, e por isso podem induzir as pessoas em erro. A questão *online* levanta ainda um outro problema:

cada pessoa, normalmente segue *online* aquilo que está mais dentro dos seus padrões, aquilo a que é “fiel”, que é mais do seu agrado. Se pensarmos no jornalismo, na sua essência, ele deve procurar o contraditório e também trazer ao conhecimento dos cidadãos situações novas. A rapidez do *online*, se por um lado nos conecta com o mundo inteiro – nós hoje sabemos o que se passa em Hong Kong ou em Washington ou em Maputo –, por outro lado, também acaba por criar correntes de opinião sem contraditório. Estou a lembrar-me, por exemplo, do que aconteceu recentemente com as eleições brasileiras que deram a presidência a Jair Bolsonaro. Houve, de facto, um investimento grande nas redes sociais, nomeadamente no *WhatsApp*. Foi denunciado o envolvimento de empresas envolvidas nessa onda. Na rede eram difundidas muitas informações sem qualquer tipo de contraditório e algumas delas falsas. Essa rede foi crescendo e desvirtuou muito daquilo que é o jornalismo. Aliás, o actual presidente do Brasil recusou sempre, ao longo da campanha, os debates com os outros candidatos, recusou ser confrontado, participar no contraditório, ser questionado sobre as suas medidas e apoiou-se sempre, exclusivamente no *WhatsApp* e no *Twitter*. Portanto, hoje, se por um lado vivemos numa época em que tudo é mais rápido, instantâneo, em doses muito curtas, na lógica do *tweet*, há muitas coisas que acabam por não ser explicadas na sua densidade. A realidade, como sabemos, não é preta e branca, tem muitas camadas e há muitas coisas que é preciso explicar. E é essa a função do jornalismo também – encontrar o contraditório e explicar às pessoas por que é que determinado acontecimento sucede daquela forma e não de outra. Ora, para isso é preciso tempo. É preciso entender primeiro, compreender, e depois explicar. Actualmente, estamos numa fase em que nem sempre isso se consegue, há essa vertigem da velocidade, de dar a informação rapidamente, às vezes sem estar totalmente confirmada. É a nova realidade que estamos a viver, não a podemos parar com as mãos, é como o vento, é preciso tentar perceber como é que se vai daqui para a frente. Não é uma realidade fácil.

E.G.

— Não sendo jornalista, compreendo perfeitamente, e tenho acompanhado também estes debates sobre o lugar do jornalismo tradicional, em que as reportagens são precedidas de uma investigação da qual se espera que as diferentes partes possam ser ouvidas e se possa fazer o contraditório. Mas, como a Cândida diz bem, nós próprios, a sociedade, a audiência, estamos à procura do imediato. Vivemos num mundo, em que o fluxo de informação é rápido, constante...

C.P.

— ... e avassalador.

E.G.

— Sim, sim, e por isso temos de repensar o jornalismo para hoje. Como disse, houve uma transformação e não há volta, não podemos pará-la. A principal questão que se coloca tem a ver com as *fake news*. É realmente um problema, mas quando começamos a pensar que tipo de soluções podemos encontrar – uma seria repensar o jornalismo enquanto profissão e outra seria inserir mecanismos de controlo nas agências de informação. Mas as agências de informação não são as únicas que agora disseminam informação. Temos actores, indivíduos, que se tornam celebridades, e são as fontes, e ganham credibilidade porque partilham alguma informação ou apenas as suas opiniões e aí coloca-se o segundo desafio que é como regular o espaço profissional e o espaço individual daqueles que participam, que comunicam... Então, é uma questão que se coloca para o jornalismo tradicional, profissional, que terá de se adaptar muito rapidamente. Creio que as grandes agências, as grandes televisões, estão a tentar manter parte desse rigor, mas adaptando-se às novas plataformas *online*, para que possam fazer duas coisas – passar a informação rapidamente,

mas também interagir com as audiências. Não sei se a responsabilidade vai ser apenas das empresas jornalísticas ou se os cidadãos também deverão ter uma maior consciência. Penso que essa consciência também começa a crescer. Noto, nas redes sociais, que grupos existentes procuram mecanismos de verificação, sobretudo quando são informações escandalosas, ou radicais. Enquanto que, por um lado, as empresas de comunicação se vão adaptando a esta rapidez e às novas plataformas de comunicação para interagir e comunicar com as suas audiências, o cidadão está a começar a aprender a discernir e a filtrar a informação que recebe, o que não quer dizer que vá procurar a informação mais rigorosa. Ele ainda tem direito de escolha e aí se coloca o terceiro desafio, que é: por causa das opções que o indivíduo tem, há a possibilidade de afiliação a grupos radicais, a grupos que se tornam populares, promovendo discursos de ódio, por exemplo. Então, estes são os três grandes desafios e sinto que, caso a caso e com o tempo, vamos aprendendo a conviver com essas situações e a regulá-las. As audiências começam a ser cada vez mais atentas, mas também continuam a haver casos de extremistas que recebem bastante apoio. Não olharia para isso apenas como um problema do jornalismo, é um momento do nosso tempo. É um reflexo do mundo desigual em que vivemos.

C.P.

— Concordo. Os jornalistas têm um quadro ético e deontológico para o exercício da sua profissão. Muitas vezes, as pessoas procuram algumas marcas, órgãos de comunicação social que reconheçam fidedignidade para testarem até que ponto uma informação que lhes está a chegar é verdadeira ou não. Para um jornalista ou para um meio de comunicação social o seu património mais valioso é a sua credibilidade. Por outro lado, vivemos numa época em que jornalismo e comunicação são misturados e confundidos. Ora, a comunicação é uma coisa e o jornalismo é outra. E, cada vez mais, vemos líderes, como frisaste, a utilizar a comunicação *online* - não é jornalismo - para angariar simpatizantes e para ampliar a sua intervenção e a sua capacidade

para persuadir as pessoas. Essa distinção entre comunicação e jornalismo é cada vez mais importante e, na minha opinião, o jornalismo sério e credível é fundamental ao regime democrático porque é um dos pilares, o da verificação, de respiração. É um elemento que pode revelar se uma sociedade é saudável ou não. É uma coisa diferente da comunicação, em que qualquer um é livre de a fazer. Depois pode ter mais ou menos sucesso, cativar mais ou pessoas. E se cativar muitas pessoas pode ter algum perigo. Vimos, há poucos anos, como o *Daesh* radicalizou muitas pessoas que partiram de vários pontos do mundo para as suas fileiras do território sírio e iraquiano. E foi sobretudo [através da comunicação] *online*. Esta era uma organização que raramente permitiu que fosse feito jornalismo para a caracterizar. Obviamente, é uma organização terrorista, que tinha as suas regras, mas não deixou de influenciar muitas pessoas, com danos vitais para muitas pessoas e impacto em muitas sociedades. Portanto, hoje vivemos nessa fronteira entre a comunicação e o jornalismo que são coisas bastante diferentes.

E.G.

— Absolutamente de acordo, acho que essa radiografia está muito bem feita. Penso que a comunicação ganha cada vez mais espaço, porque as audiências conseguem aperceber-se, com maior clareza, desta relação entre o jornalismo e o poder, particularmente o poder do Estado e o poder do capital. Há muitas situações em que o jornalismo se faz nos limites daquilo que os Estados permitem. Principalmente, se olharmos para regimes autoritários ou semi-autoritários.

C.P.

— Sem dúvida, mesmo nas novas democracias *iliberais*.

E.G.

— Exacto. O controlo excessivo do Estado. Quando não há um controlo excessivo do Estado, há uma sensação de maior liberdade, mas com o risco de se cair no controlo do capital, porque o jornalismo é feito por empresas, que fazem parte de uma economia e que, de uma forma mais aberta ou não, acabam por se deixar apanhar na teia de atribuição de valores, de valorização de determinados pontos de vista que depois se tornam parte de uma visão dominante do mundo. Então, os ouvintes, telespectadores, audiências, tentam conjugar tudo isso - o que recebem dos media tradicionais e das plataformas de comunicação. De certa forma, parece justo. Olhando a partir de Moçambique, sendo alguém que tem tido a possibilidade de viajar, usando uma plataforma que pode parecer muito libertadora e democrática como o *Google*, noto que os resultados que obtenho para a mesma busca feita a partir de Maputo e de Londres são diferentes. Até que ponto o *Google* é uma ferramenta que me permite aceder a informação que é necessariamente relevante para mim, quando a relevância dessa informação já foi predeterminada previamente? Se olharmos também para os media tradicionais que cobrem África - *CNN*, *BBC*, *Al Jazeera* - os programas para África têm mais ou menos o mesmo perfil. Todos representam uma parte de África. É por via disso que as audiências tendem a procurar multiplicar as suas fontes e, por isso, esta relação que depois se torna promíscua entre jornalismo e comunicação. O jornalismo não está isento das relações de poder, nomeadamente das suas relações com o capital. É um ponto crítico.

C.P.

— Ia pegar aí no ponto em que falaste da representação que se faz de África, fora dela. Recentemente, houve uma polémica curiosa com o *New York Times*, que procurava um correspondente para um país africano e definia um pouco o perfil de pessoa que queria. Falava na experiência que essa pessoa iria ter, referindo-se a algo bastante *exciting*, que iria ser confrontado com situações de algum perigo, mas também com belas paisagens e situações muito

bonitas de descrever. Isso levantou, na própria redacção do *New York Times*, uma polémica e foi tratado mesmo ao nível da imprensa internacional. Isso é um problema que me parece existir em relação à representação de África. Obviamente, alguns fazem informação muito boa, sem dúvida, não estou a pôr isso em causa, mas a ligação permanente e profunda, o predispor-se a conhecer e a entender realidades que são muito diferentes das nossas nem sempre é óbvio. Isto cruzado com a necessidade de ter audiências ou de ter sucesso, por vezes, a representação que acaba por ser dada de África é bastante enviesada. Já me cruzei, muitas vezes, com pessoas de África, a comentar a informação que é feita de lá e a perguntarem em que planeta é que aquelas pessoas estiveram quando passaram por alguns países. Isto não é fácil e vou tentar explicar porquê. Conhecermos as realidades diferentes das nossas demora tempo e requer investimento para se compreender melhor. É preciso passar tempo. Não conhecemos bem o outro se não passarmos tempo com ele. Não conhecemos bem outra realidade se tivermos pouco tempo com as pessoas que a vivem. É preciso investir. E depois é preciso também afastar os “lugares comuns” que fazem a representação que o *New York Times* procurava no seu colaborador, que era a África terrível, dos conflitos e das catástrofes e a África bela, que enfeitiça e brilha aos olhos de um visitante. A África da vida normal é que é necessário encontrar, do meu ponto de vista, e mostrar. Ao longo da minha vida de jornalista, sempre tive essa preocupação, fosse em que lugar fosse, de tentar perceber a vida normal das pessoas - a vida normal de um professor, de um agricultor, de um empresário, de uma pessoa que tem muita dificuldade em sobreviver. Há uma coisa que é óbvia: nós somos todos iguais, depois dependendo do sítio em que nascemos, em que crescemos e a forma como fomos educados, em que nos formámos, é isso que nos molda. Para entender o outro, é preciso ter disponibilidade para isso e para compreender aquilo que está fora do nosso alcance que pode parecer muito diferente, mas é apenas outra forma de estar na vida. É uma riqueza. O mundo é muito rico porque é muito diverso, porque se fossemos todos iguais, seria insuportável.

E.G.

— Concordo que precisamos de multiplicar as imagens, não só de África, mas também das outras partes do mundo. As representações são uma forma de dar sentido ao mundo. A questão é quem representa o quê e quando? E esse é que é o desafio: sermos todos capazes de estar conscientes das nossas posições no tempo e no espaço, porque agora estamos a falar sobre África vista fora do continente, mas o jornalismo que se faz em África, sobre África, também privilegia lugares e olhares. Esta questão da representação tem de ser levada em consideração por todos. Só assim podemos contar histórias múltiplas de alegrias, de tristezas, de falhanços, de sucessos, de superação. Só tendo consciência disso, mas isso só se pode fazer com conhecimento teórico, empírico, com vontade profissional de fazer bom jornalismo, com vontade política, porque as representações dominantes referem as relações de poder numa determinada sociedade. As imagens produzidas em maior quantidade são imagens controladas e seleccionadas por um grupo de privilegiados e então isso é algo que temos de considerar quando pensamos em como melhorar e como ter um jornalismo que seja mais aberto e que olhe para as múltiplas realidades nos espaços geográficos onde opera. É preciso haver um esforço, perceber de onde falamos e para quem falamos.

C.P.

— Estou a lembrar-me de uma pessoa que conheci, um cidadão britânico, de origem paquistanesa, que passou pelo radicalismo e que depois saiu e se tornou um moderado e hoje está ligado a um *think tank*, em Londres, que tem a ver sobretudo com o islão moderado. Falei com ele uma vez e ele disse-me uma coisa que nunca mais esqueci e que é uma observação muito curiosa: a marca - o *brand* - do conflito ou da violência é muito mais fácil de propagar do que a marca da paz, porque parte-se do princípio de que, se há paz, não é preciso fazer mais nada. Ora, seduzir as pessoas - ele falava mesmo assim - em

como é difícil seduzir as pessoas para a marca da paz e como é muito mais fácil seduzir as pessoas para a marca da violência, de exercer um poder sobre outro. É uma questão muito simplificada, mas é muito importante e liga-se um pouco com aquilo em que pensamos quando se fala de desenvolvimento. Ou seja, tem muito a ver com como é que o jornalismo se cruza com o desenvolvimento, sublinhando essa marca que não é conflituosa. O desenvolvimento, em princípio, deve dar mais bem-estar às pessoas, portanto é uma questão pertinente e que é fundamental colocar.

E.G.

— Absolutamente de acordo. Estou a pensar em exemplos de histórias de paz, se temos exemplos de histórias que sejam de sucesso. De certeza que existem, mas não se vendem tão bem como se vendem as crises. E quando estamos a pensar no desenvolvimento, é importante mostrar o subdesenvolvimento para haver apoio ao desenvolvimento. E há um conjunto de relações que se estabelecem entre indivíduos, entre Estados, entre empresas, que precisam dessa narrativa, e tem sido de facto difícil haver um equilíbrio entre histórias positivas, que sejam histórias de superação, histórias de paz... Não queria chamar-lhes histórias “normais”, porque o normal numa sociedade é ter paz e conflito. Mas produzimos, em quantidade, informação sobre realidades negativas e essas é que vendem, é que conquistam maior espaço e também geram maior receita e apoio. É só olhar, por exemplo, para a situação e para o tipo de apoio que se consegue quando se reportam situações extremas, que resultam de catástrofes naturais. Há um fluxo de apoio que é quase espontâneo e imediato. Mas se situações de vulnerabilidade são reportadas, elas não ganham cobertura. Não recebem o mesmo tipo de apoio. O mundo, não só em África, mas noutros lugares, tem várias catástrofes que estão acontecendo, um pouco todos os dias, que é o resultado da situação de vulnerabilidade em que muitos encontram. Quando se produz um acidente, produz-se uma oportunidade para captar e representar um espectáculo, que é um espectáculo de violência, de crise, e aí, sim, os nossos

media dão mais destaque a isso. Penso também no cidadão, nas audiências. Se não houvesse recepção, essas histórias não continuariam a preencher grande espaço de tempo de antena nos órgãos de informação.

C.P.

— Já fui a Moçambique várias vezes, gosto muito de Moçambique. Estive aí na altura do Ciclone Idai e trago esse momento aqui para sublinhar uma das situações com a qual fui confrontada, que é extraordinária e que tem a ver com esta questão da Ajuda ao Desenvolvimento. Fui de barco a Buzi, uma localidade que foi altamente atingida pelo ciclone e no cais, estavam pessoas para serem *resgatadas*. O que é que foi curioso? É que as pessoas não queriam ser resgatadas. E porquê? Nunca mais me esqueci disto, porque achei exemplar - as pessoas diziam tranquilamente o seguinte: “Querem-nos levar daqui para a cidade - Beira - onde neste momento as atenções estão concentradas, onde há ajuda, onde estão muitas organizações, onde os media internacionais estão todos concentrados, mas é uma cidade que também está devastada. Se nós sairmos daqui e formos para a cidade, vamos perder a ajuda ao local onde sempre vivemos e onde queremos continuar a viver. Queremos ficar aqui, mesmo que no meio de grandes dificuldades, e queremos que a ajuda chegue aqui e nos permita continuar a viver aqui. Se formos para a cidade da Beira, o que acontece é que depois desta fase em que todas as atenções estão focadas neste local, vamos para a fase do esquecimento e as nossas vidas vão ser piores do que a vida que podemos ter aqui, porque vamos ser vagabundos no meio da rua, numa cidade que está destruída”. Ora, achei isto de um nível de resiliência e de clarividência, de pessoas que tinham perdido tudo, mas que diziam: “nós, aqui, se nos ajudarem perante uma situação como esta, saberemos continuar a nossa vida”. Achei isto de uma sabedoria extraordinária, e dei bastante eco a isto, porque não estava à espera, surpreendeu-me.

E.G.

— É uma história comum, porque Moçambique tem sempre ciclos... O Idai foi um caso extremo, mas Moçambique é propenso a estas situações de cheias e secas cíclicas. Essa história que conta acontece muitas vezes, exactamente porque as pessoas têm muito claro qual pode ser o papel da ajuda. O papel da ajuda, na perspectiva desses cidadãos, e eu até concordo, não tem de ser de criar dependência, porque se vão para a Beira, para receber ajuda, o que acontece quando a ajuda acabar? E estando nos seus locais de residência, sem os seus bens e sem as suas casas, no caso do Idai, irão passar por situações muito difíceis. Logo que se reunirem as condições mínimas, as pessoas começam a reconstruir. Se tivesse perguntado, imagino, a essas pessoas que diziam que queriam que a ajuda fosse para lá, se a condição para receber ajuda era saírem, responderiam provavelmente “Ok, tudo bem, a ajuda que fique lá na Beira que nós vamos encontrar formas de reconstruir as nossas vidas aqui”. Isso aconteceu. Ainda não fui para essa zona depois do Ciclone Idai, mas tenho estado em contacto com colegas e amigos que estão nessa zona, e com alguns pesquisadores, e que estão a contar essas histórias de muita gente que não recebeu ajuda, e que teve de encontrar formas de reconstituir as suas vidas. Houve uma grande mobilização e uma coordenação para apoio às vítimas que foi algo histórico para Moçambique, mas há vários grupos de pessoas que não receberam ajuda, mas também não ficaram à espera de receber ajuda. São essas histórias de resiliência, de superação, que começam no dia-a-dia. Nos media, nós vimos as imagens feitas por helicópteros, drones, a fotografia, mas para os indivíduos a fotografia não é a mesma. Para o indivíduo o problema é a sua casa - como resolvo o problema da minha casa? Então, OK, o Estado vai apoiar, a ajuda internacional vai chegar, mas enquanto não chega, vou fazendo alguma coisa. E de certeza que numa geração, duas ou três, não se repete na vida dos indivíduos casos similares. Vivem outras crises, e têm de desenvolver mecanismos de resiliência, que têm de ser activados nesses momentos de crise. Esta foi uma grande crise, mas as pessoas encontram soluções, e essa é a história que ficou pouco contada. Estive na cidade de Pemba, quando foi do ciclone Kenneth, e também assisti a isso. Logo que a intensidade

da chuva reduziu - portanto as pessoas não esperaram informação oficial que não haveria novas vagas - à primeira oportunidade as pessoas fizeram-se ao mar para pescar, para alimentação e para venda. Eu, como visitante, estava preocupado com a situação, com gente ainda por ser resgatada, mas aqueles que podiam faziam algo imediatamente para recomeçar as suas vidas, mesmo sem saber se o ciclone se tinha dissipado. Foi uma lição para mim. Quando a gente vê essas grandes crises em ponto maior, ficamos a pensar que tudo fica parado até chegar a ajuda, quando na verdade nem sempre isso que acontece.

C.P.

— Não resisto a perguntar-lhe: O que é que para si seria importante? Que tipo de histórias, o que é que gostaria que o jornalismo retratasse, de forma a dar maior peso à questão do desenvolvimento ou a tornar-se mais activo no desenvolvimento? O que é que iria ler, ouvir, iria assistir?

E.G.

— Penso que precisamos de multiplicar histórias. O que nós todos acabamos fazendo é repetir as mesmas histórias e essas histórias são histórias que a indústria do desenvolvimento precisa de ouvir, mas essas histórias têm de ser globalizadas. Não significa apenas que sejam conhecidas, mas que se possa agir sobre elas. Penso que a indústria da ajuda, do desenvolvimento, conhece as várias histórias, as várias realidades. Mas depois tem de seleccionar aquelas que são convenientes para o seu próprio trabalho. Vou-lhe dar um exemplo: estive em Nhamatanda e na Beira duas semanas antes do ciclone Idai e estava a trabalhar com associações de camponeses que me contaram histórias de projectos em que eles recebiam ajuda. Alguns deles têm recebido ajuda há mais de uma década, mas nenhum dos projectos se tornou sustentável.

C.P.

— Porquê?

E.G.

— Porque a ajuda que recebiam não era a ajuda que queriam. Por exemplo, os actores externos, os doadores, decidem que os agricultores moçambicanos precisam de aprender a técnica do plantio em linha, e vão ensinar-lhes isso. E os agricultores disseram-me: “ensinam-nos isso há mais de duas décadas, todos os projectos vêm ensinar, mas nós não dizemos que não”. Muitos destes projectos são antecidos de consultas e estudos e estas informações são passadas, mas também acontece que, quando as consultas são feitas, o orçamento para o projecto foi já aprovado, com formação técnica para capacitar em como fazer o plantio em linha, então é isso que vai ser. Por isso, penso que a comunicação ganha mais peso do que o jornalismo quando começamos a pensar no desenvolvimento. Podem-se encontrar diferentes plataformas para dar voz a estes grupos que são merecedores de ajuda ao desenvolvimento. Podem-se adoptar diferentes plataformas para passar conhecimento e informação, e também pode-se usar essas plataformas para facilitar o diálogo e troca de informação entre as comunidades. No caso de Moçambique, posso dizer que há um sistema de rádios. Há a rádio nacional, mas também há as rádios comunitárias que têm uma vocação mais virada para os distritos onde estão localizadas e que têm um grande papel na Comunicação para o Desenvolvimento. Devemos investir em multiplicar histórias. Só conhecendo múltiplas realidades, podemos começar conversas para pensarmos o desenvolvimento em novos moldes. Temos de apostar em amplificar as vozes desses grupos. No caso que citei, são grupos que recebem ajuda, mas é uma ajuda que não os ajuda. Não é correcto dizer que não os ajuda, no sentido em que essas pessoas preferiam que as ajudassem. Se se oferece um tractor que vai servir para um ano, e depois não há sobressalentes, o tractor terá servido para um ano. Mas a questão é: a ajuda não funciona de tal forma que deixe de ser necessária. Então,

melhor comunicação talvez pudesse permitir que pensássemos programas de ajuda em modelos que haviam de ajudar os grupos beneficiários a sair da situação estrutural de subdesenvolvimento em que se encontram.

C.P.

— Essa questão das rádios comunitárias tem uma importância e um peso enorme para as populações, porque é um meio local e que na questão do desenvolvimento pode fazer a diferença. Há muitas histórias de rádios na Guiné-Bissau com um impacto extraordinário em termos de prevenção na saúde. De facto, pode haver uma partilha grande de informação e é muito directa. A questão que se levanta também é até que ponto é que os programas de ajuda estão ajustados à realidade que é o seu objecto. No caso que conta, há uma saturação de uma determinada ajuda que não é eficaz. É preciso ter em conta que as realidades mudam muito. Se há necessidades que nos acompanham a vida toda, há outras que mudam bastante. As alterações climáticas acabam por introduzir aqui um novo dado no que são as realidades. É preciso procurar saber bem o que é necessário às comunidades, antes de desenhar um plano, ter em conta uma pesquisa exaustiva daquilo a que se destina o plano. O plano deve vir da realidade para a ajuda, e não de cima para baixo. Já fui confrontada com isso algumas vezes, de pessoas que querem enviar coisas que estão completamente desajustadas das realidades. Acho que esse trabalho de perceber as necessidades das pessoas, quais os mecanismos que precisam para se tornarem sustentáveis, é fundamental para uma ajuda que não seja repetitiva, mas que desenvolva, que ultrapasse etapas e torne uma comunidade sustentável.

E.G.

— Ainda bem que mencionou as mudanças climáticas e como elas estão a introduzir novos elementos, novas necessidades e novos problemas nas comunidades. As mudanças climáticas são uma realidade e uma questão que

precisamos de olhar e tomar em consideração. Mas é também importante aquilo que diz sobre conhecer as realidades, porque agora há um movimento e um conjunto de programas para ajudar as comunidades a tornarem-se mais resilientes em relação às mudanças climáticas, mas há outras questões que antecedem as mudanças climáticas. Há partes da cidade de Maputo - e de outras cidades - em que não há um sistema de saneamento que funcione. Basta uma chuva torrencial de 10 minutos para haver cheias. Depois, provoca danos e aí é um problema de mudanças climáticas ou um problema de planeamento urbano e vulnerabilidade estrutural de alguns grupos que se encontram em zonas desprivilegiadas? É a atenção para esse tipo de detalhe que precisamos de ter. É nesse sentido que digo que é importante documentar essas realidades. As pessoas vivem pequenas crises todos os dias. Se a chuva que caiu em Pemba e na cidade da Beira tivesse caído na cidade de Maputo, havíamos de ter muitas situações parecidas. É importante pensar nessas vulnerabilidades estruturais.

C.P.

— Estava a lembrar-me que quando surgem estas situações anómalas - e com as alterações climáticas vamos estar cada vez mais expostos a estes excessos de calor e frio, de secas e chuvas torrenciais - é fundamental as infra-estruturas estarem preparadas para que o efeito destas alterações seja menor. Sem infra-estruturas em condições, obviamente que os danos são elevados. E é necessário, de facto, fazer esse trabalho de esclarecimento às pessoas. Quando se fala na ajuda, as pessoas muitas vezes ficam muito sensibilizadas quando há um acontecimento de grande envergadura, uma catástrofe e querem ajudar tudo no momento, mas passado esse momento as coisas perdem-se. Portanto, nessa monitorização da consequência dessa ajuda - se se tornou sustentável ou não - é aí que o jornalismo pode ajudar, nessa verificação ou na confrontação das pessoas responsáveis pelo sucesso ou insucesso dessa ajuda. E isso também é importante para os doadores. Este ciclo está todo ligado. Acho que precisamos de bom jornalismo que possa

acompanhar e ajudar a perceber como é que o desenvolvimento pode ser sustentável em determinadas áreas, e também comunicação. A comunicação não tem só os malefícios de que falávamos no início da conversa. É também importante para replicar situações que resultam, que são adequadas e que resolvem os problemas das comunidades.

E.G.

— Gosto dessa ideia de monitorização da ajuda e acho que nós não queremos deixar passar a ideia de que a indústria do desenvolvimento não aprende. Ela aprende, transforma-se, adapta-se. Os programas de desenvolvimento, na verdade, agora são concebidos já com programas de adaptação a novas situações que possam surgir. A questão é: até que ponto é que os pontos de partida estão próximos da realidade? Se o ponto de partida está muito longe da realidade, aí fica mais difícil. O facto de a ajuda ser trabalho de quem dá, também torna os processos difíceis, porque quem dá tem de fazer um plano de quanto quer dar, quando quer dar e como pode dar. E aí a possibilidade de participação dos beneficiários é, cada vez mais, reduzida. Se queremos pensar em jornalismo que faz monitorização da ajuda, deveríamos pensar num jornalismo que faz a monitorização dos receptores da ajuda também.

C.P.

— Da ajuda e das suas consequências.

E.G.

— Os receptores da ajuda não podem ser isentos da sua responsabilidade. Não podem apenas queixar-se que a ajuda que recebem não era a ajuda que

queriam. Então, por que é que aceitaram? Não deveriam ter aceite. Dez anos depois deveriam ser capazes de saber negociar essa ajuda, de saber transformar essa ajuda que não estavam à espera, em alguma coisa que dê alguma sustentabilidade. E talvez o façam e a gente não saiba. Essa seria uma história muito interessante de contar. Em vez de contar como um projecto falhou, contar como é que um projecto alcançou coisas que não tinha planificado.

C.P.

— É uma bela história.

o mundo crítico

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

n.4
Out 2019



Jornalismo e
comunicação
na aprendizagem
do mundo